

# Relatório

## Consulta Pública 60

Consulta Pública sobre Mecanismos Financeiros de  
Regulação - Coparticipação e Franquia

JUL/2018  
DIDES/ANS

\*Atualizado após a 488ª Reunião de Diretoria Colegiada

## Sumário

I - Introdução .....	3
II - Dados estatísticos sobre as sugestões e contribuições;.....	4
III - Conclusão.....	8

## I - Introdução

Entre 31/03/2017 e 02/05/2017 foi realizada a Consulta Pública nº 60, tendo os Mecanismos Financeiros de Regulação – Coparticipação e Franquia como objeto. Antes, o assunto já havia sido tratado em duas reuniões do Grupo Técnico Interáreas (14/07/2016 e 05/09/2016), três encontros do Grupo Técnico de Coparticipação e Franquia (31/10/2016, 21/11/2016 e 14/02/2017) e uma Audiência Pública, em 20/03/2017.

De acordo com a Resolução do Conselho de Saúde Suplementar – CONSU nº 8, de 3 de novembro de 1998, a **coparticipação** é a parte efetivamente paga pelo consumidor à operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde e/ou operadora de plano odontológico, referente à realização do procedimento, enquanto que a **franquia** é o valor estabelecido no contrato de plano ou seguro privado de assistência à saúde e/ou odontológico, até o qual a operadora não tem responsabilidade de cobertura, quer nos casos de reembolso ou nos casos de pagamento à rede credenciada ou referenciada.

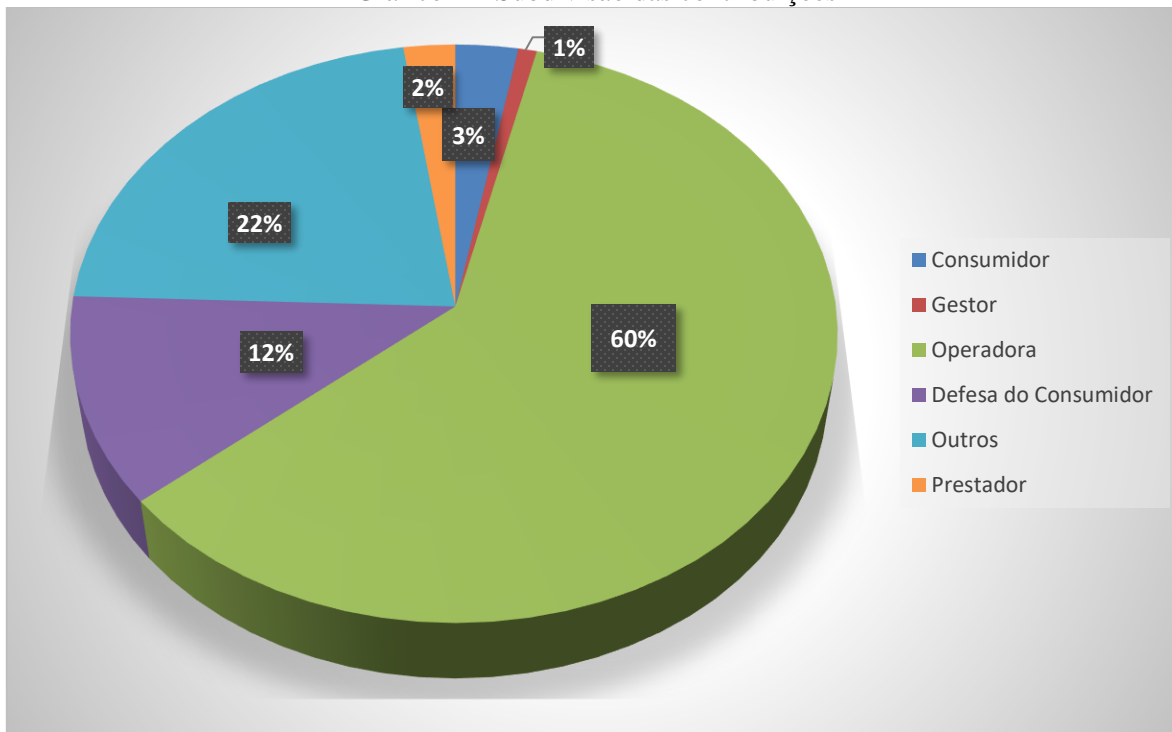
Com a finalidade de permitir amplo conhecimento da sociedade a respeito dos mecanismos propostos foram disponibilizados no site da ANS ([www.ans.gov.br](http://www.ans.gov.br)) o Relatório de Análise de Impacto Regulatório – AIR e a Exposição de Motivos, que serviram como embasamento para a consulta pública da minuta de Resolução Normativa – RN.

Essa documentação ficou exposta por 33 dias, possibilitando contribuições para inclusão, alteração e exclusão de dispositivos. Durante o período foram recebidas 1.175 contribuições, provenientes de 96 fontes diversas.

## II – Dados estatísticos sobre as contribuições recebidas

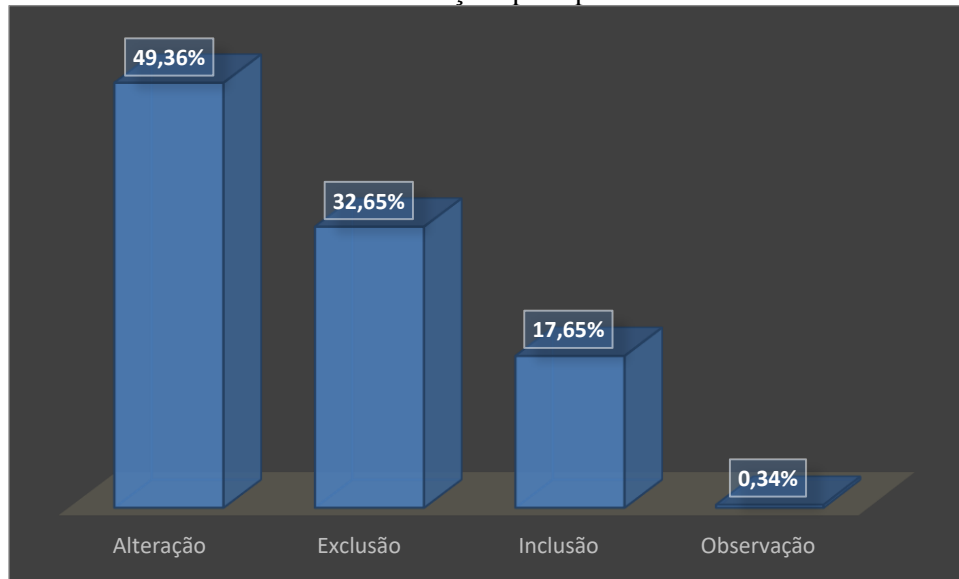
Das 1.175 contribuições colhidas na Consulta Pública nº 60, 60% vieram de operadoras de planos de saúde, como aponta o gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1 – Subdivisão das contribuições



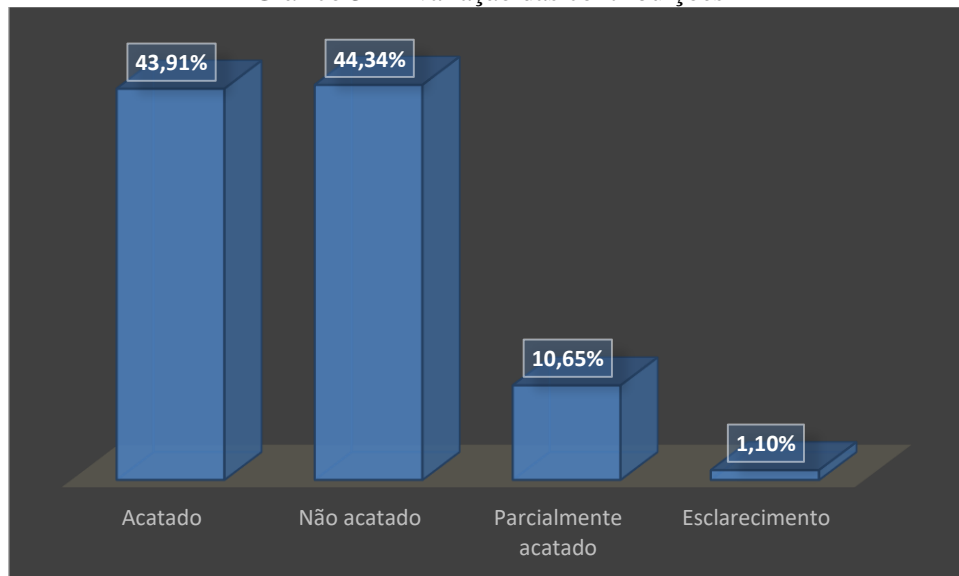
A maior parte destas contribuições (49,36%), como pode ser observado no gráfico 2 (próxima página), teve como objetivo alterar dispositivos presentes na minuta de Resolução Normativa.

Gráfico 2 – Contribuições por tipo de comentário



Das 1.175 sugestões feitas por meio da Consulta Pública nº 60, no site da ANS, 516 (43,91%) foram acatadas, 521 (44,34%) não foram acatadas e 125 (10,65%) foram parcialmente acatadas. O gráfico número 3 (abaixo) traz essas informações.

Gráfico 3 – Avaliação das contribuições



Os capítulos da proposta de RN que concentraram a maioria das sugestões tratavam dos conceitos de coparticipação e franquia e das regras de uso, de pagamento e cobrança e de transparência das informações (ver gráfico 4). O artigo 4º, composto por quatro parágrafos e quatro incisos, foi o que mais recebeu contribuições: 233 ao todo (consultar gráfico 5).

Gráfico 4 – Contribuições por capítulo do normativo proposto

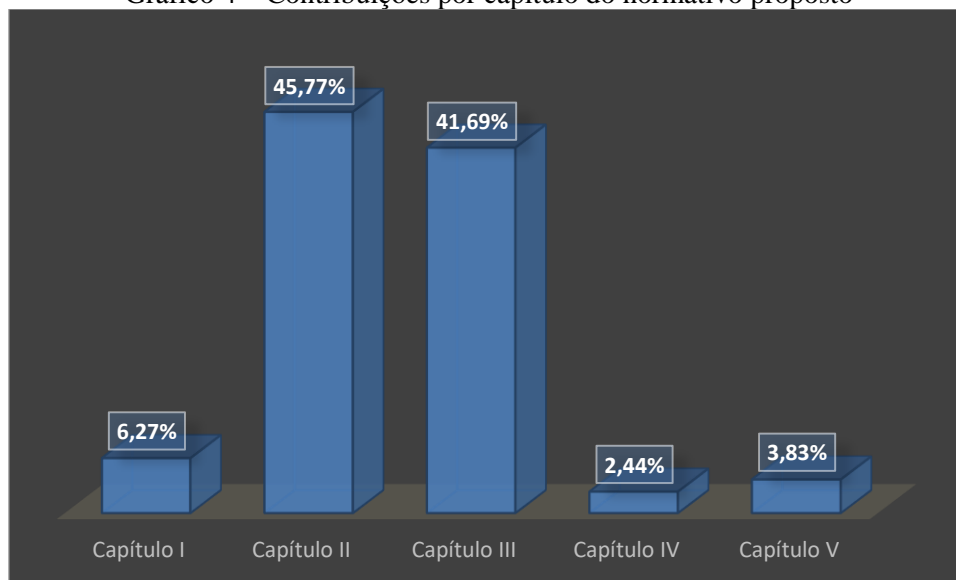
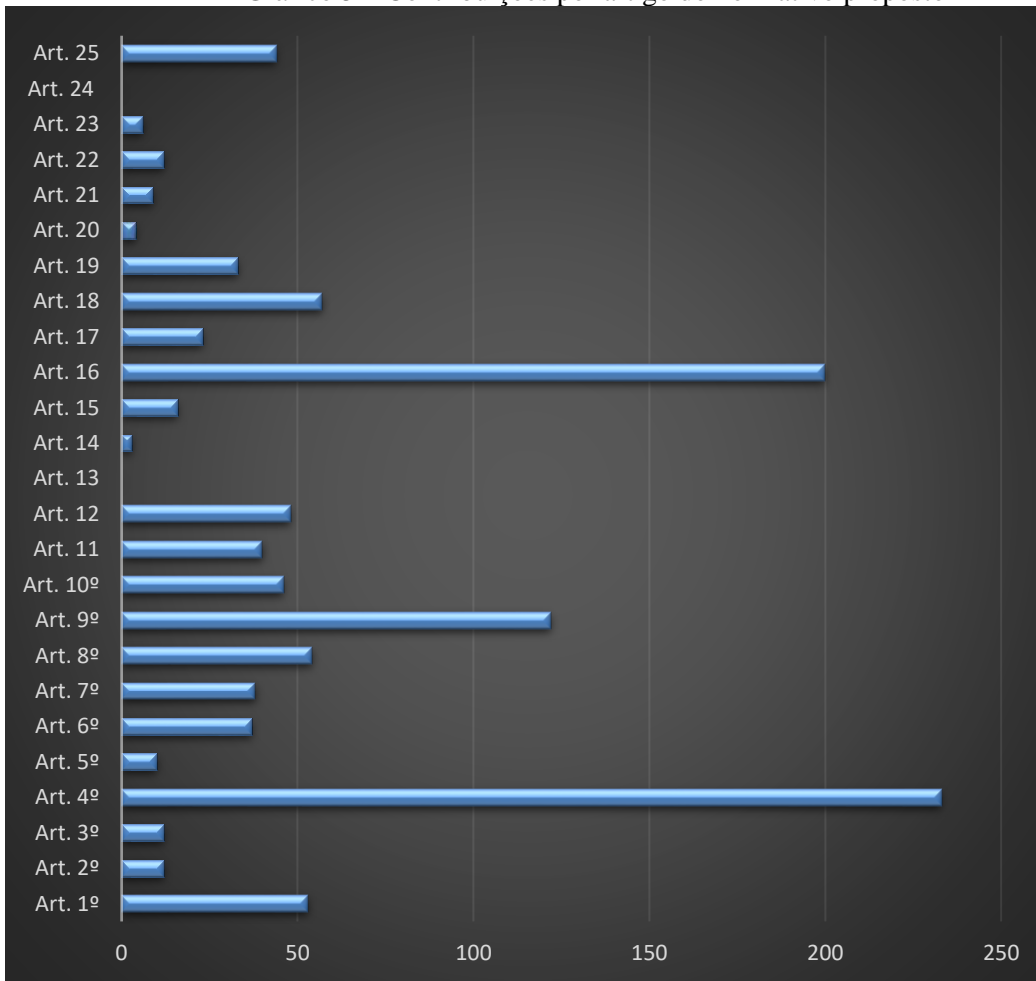


Gráfico 5 – Contribuições por artigo do normativo proposto



### III – Conclusão

Esse relatório traz, estatisticamente, as contribuições dadas à Consulta Pública número 60 – Mecanismos Financeiros de Regulação: Coparticipação e Franquia, prestando contas à sociedade sobre o seu conteúdo.

A Consulta Pública é uma etapa muito importante na elaboração de uma norma justa e adequada. No caso específico desta, foram 1.175 contribuições - envolvendo todos os agentes do setor -, que deram um maior embasamento ao processo.